

EDITORIAL

A hora da verdade

Existe uma frase jocosa que afirma que, quando não se quer resolver um problema, cria-se uma comissão. O governo federal fez algo parecido com os servidores públicos federais. Desde 2003 inventou uma Mesa de Negociação Permanente, com a participação de entidades sindicais e integrantes da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. Entretanto, a dita Mesa parece que foi mais um ato de ir empurrando os problemas com a barriga. O governo Lula, ao contrário do que havia sido dito no início, nunca se dispôs claramente, por exemplo, a repor as perdas inflacionárias atuais. Bem, falar em reposição de perdas históricas então, é pensar utopicamente a partir da ótica governista.

Em 2004, as negociações sobre salário e sobre plano de carreira com o governo foram pífias. Já este ano, os representantes governamentais mantiveram o velho discurso de que não há recursos, e seguiu a enrolação. Fala-se no caso dos docentes de que há concordância na implementação de um Plano de Carreira negociado, porém, frisa-se que em 2005 não há verba e, que, qualquer discussão, só em 2006, coincidentemente um ano eleitoral.

Assim, quando os "comandantes" de Brasília se vêem envoltos num mar de acusações, que estão levando não apenas o governo, como o principal partido de sustentação, o PT, à desmoralização, é hora dos docentes das universidades federais levantarem a bandeira não apenas dos melhores salários, mas também da moralização do país. Em 1992, durante a campanha Fora Collor, o ANDES-Sindicato Nacional esteve junto com as dezenas de entidades, entre elas a OAB, a CNBB e a ABI, que encampavam o Movimento Pela Ética na Política. Infelizmente, passados 13 anos após a CPI que levou ao afastamento do então presidente Fernando Collor de Mello, a corrupção volta a dominar as manchetes do país.

Nessa hora de tristes acontecimentos, a greve do Movimento Docente toma uma conotação que extrapola a própria questão salarial. Se é verdade que são necessárias mudanças substanciais, com a valorização da profissão, tão importante quanto isso é o resgate das instituições nacionais. Sem a moralização e o fortalecimento dos poderes constituídos a democracia fica capenga.

EXPEDIENTE

A diretoria da SEDUFSM é composta por: **Presidente**- Carlos A. da Fonseca Pires; **Vice-presidente**- José Luiz Silvério da Silva; **Secretária-geral**- Ester Wayne Nogueira; **1º Secretário**- Neverton Hofstadler Peixoto; **Tesoureiro-geral**- Júlio Cezar Colvero; **1º Tesoureiro**- Diniz Fronza; **1º Suplente**- Diorge Alceno Konrad; **2º Suplente**- Joél Abílio Pinto dos Santos; **3º Suplente**- Sérgio Alfredo Massen Prieb.

Jornalista responsável: Fritz R. F. Nunes (MTb n° 8033)

Relações Públicas: Vilma Luciane Ochoa

Estagiária de jornalismo: Ana Paula Medeiros Nogueira

Estagiárias de Relações Públicas: Ana Cássia P. Flores, Jamile Garcia e Michele Dacas

Diagramação e projeto gráfico: J. Adams Propaganda

Ilustrações: Clauber Sousa e Reinaldo Pedrosa

Impressão: A Razão

Tiragem: 1.500 exemplares

Obs: As opiniões contidas neste jornal são da inteira responsabilidade de quem as assina. Sugestões, críticas, opiniões podem ser enviadas via fone(fax) (55)3222.5765 ou

pelo e-mail sedufsm@terra.com.br

Informações também podem ser buscadas no site do sindicato: www.sedufsm.com.br

A SEDUFSM funciona na André Marques, 665, cep 97010-041, em Santa Maria(RS).

Clauber



PONTO A PONTO

Informática a aposentados



O dia 17 de agosto foi especial para seis aposentados que completaram o curso de informática realizado na SEDUFSM. As aulas, que iniciaram em agosto do ano passado, através de uma iniciativa da assessoria de Relações Públicas, tinham a meta de inserir esses professores no mundo da informática. Com a formatura da primeira turma (foto da confraternização acima), o sentimento é de dever cumprido. "Houve uma integração deles (aposentados) com o mundo e com a tecnologia", declara a instrutora, Danuza Esteves.

Aprendizado mútuo

Com idades entre 52 e 72 anos, muitos desses professores estavam à margem do processo de informatização. Os cursos de Windows, Word, Excel, Power Point e Internet se tornaram ferramentas de inserção. Porém, Danuza reforça que o aprendizado não foi somente dos aposentados: "Aprendi muito, é uma experiência de vida compartilhada", conclui.

O curso continua e está com quatro alunos novos, mas as vagas já estão todas preenchidas. Os interessados podem entrar em uma lista de espera. As aulas são individuais e ministradas pela parte da manhã na sede do sindicato. Os formandos da primeira turma são: Alvinio Candido Michelotti, Cleci Alvim Bruni, Elizabeth Fricks Carvalho, Elvira Kersting Machado, Maria Augusta Rubin e Zeferino Gilberto da Silva.

Orçamento reduzido

O orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2006 pode sofrer redução de R\$1,4 bilhão. Contrariando as expectativas, a proposta orçamentária apresentada pela área econômica não prevê aumento dos investimentos. Além disso, os recursos destinados às despesas seriam reduzidos em R\$ 294 milhões. Até o final de agosto, uma reunião entre técnicos dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e do MEC deve definir o montante que será destinado à pasta. O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirma que se houver impasse caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomar uma decisão. Lula tem repetido nas últimas semanas que a Educação é prioridade no governo. Se confirmado, o corte inviabilizará alguns dos principais projetos do MEC. Entre eles, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a expansão do ensino superior público.

Federais em crise

O orçamento previsto até agora para as universidades federais em 2006 inviabiliza os projetos de expansão dessas instituições. O alerta é da ANDIFES (Associação Nacional dos Reitores das Federais). A Associação reclama que não há verba no orçamento -ainda em discussão no governo federal- destinada especificamente ao aumento do número de vagas. A entidade também considera que é insuficiente o aumento proposto pelo governo para o custeio (manutenção), de apenas 7%. A expansão das universidades federais é considerada uma das prioridades do presidente Lula da Silva, que já determinou a criação de dez instituições e 31 campi universitários.